



Travando Guerras Onde Elas se Perpetuam

Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica



Membros do principal grupo de oposição egípcio, o Movimento Jovem 06 de Abril, acendem iluminativos e gritam frases de propaganda contra a Irmandade Muçulmana durante um protesto em frente ao gabinete do procurador geral em Cairo, 06 Abr 13. Em meio à deterioração da economia, milhares de ativistas saíram às ruas para comemorar o quinto aniversário da fundação do grupo e pressionar o então Presidente Mohamed Morsi com uma longa lista de exigências, incluindo a formação de um governo mais inclusivo. (Foto por Amr Nabil, Associated Press)

Em 2011, Robert Gates, secretário de defesa norte-americano, respondeu concisamente à pergunta “Para quais áreas conflagradas ao redor do mundo o Exército está menos preparado para atuar?” Em sua opinião, “Qualquer futuro secretário de defesa que aconselhe o presidente dos EUA a enviar outro contingente militar significativo para lutar na Ásia, no Oriente Médio ou na África deveria ‘fazer um exame mental’, como disse tão sutilmente o General MacArthur”¹. Além disso, Robert Gates afirmou que “o Exército precisa, também, enfrentar a realidade de que os cenários mais plausíveis para as Forças Armadas dos EUA são, sobretudo, engajamentos navais e aéreos”².

Sete anos já se passaram. Durante esse período, dramáticas evoluções sociopolíticas varreram as regiões mencionadas no discurso de Gates. Isso nos permite confrontar suas observações com a realidade.

Em relação à natureza das intervenções militares norte-americanas, ele acertou com precisão. As operações realizadas ao longo dos últimos anos foram principalmente engajamentos navais e aéreos, como demonstrado na Líbia, Síria e Iraque. Também, foram muito efetivas e produziram resultados rápidos, com quase “zero baixas”. O único problema é que não obtiveram os resultados desejados pelo governo dos EUA. Após a morte de Muammar Gaddafi, a Líbia mergulhou em uma guerra civil que se alastrou para o Mali. No leste da Síria e no norte do Iraque, a decisão de não desdobrar grandes quantidades de forças do Exército dos EUA permitiu que facções curdas agissem como nossos representantes ou “proxies”. O reconhecimento político e diplomático derivado dos sucessos terrestres curdos desagradou a Turquia, um aliado chave na OTAN.

No oeste da Síria, o Pasdaran iraniano (o Exército de Guardiães da Revolução Islâmica) e combatentes do Hezbollah libanês circulam livremente em apoio ao regime de Bashar al-Assad sob a proteção de aeronaves russas. Decerto, isso não significa necessariamente que a presença de forças do Exército no terreno teria levado a um desfecho mais favorável do conflito.

O Cel Erik A. Claessen, Exército da Bélgica, é o gerente de projeto para o desenvolvimento da capacidade motorizada do exército belga. É mestre pela Academia Real Militar da Bélgica e, também, mestre pelo U.S. Army Command and General Staff College, Fort Leavenworth, Kansas.

Mas, cabe perguntar o que é significativo acerca das regiões mencionadas por Robert Gates em seu discurso. A resposta se encontra no fato de que em grandes extensões da Ásia, do Oriente Médio e da África, as guerras se perpetuam.

Estados Frágeis por sua Própria Natureza

A maioria dos países que constituem essas regiões não são democracias estáveis, mas Estados frágeis por sua própria natureza. Como Douglass North observou:

A lógica do Estado natural é derivada do seu método de lidar com o problema da violência. Indivíduos e grupos com acesso à violência formam uma coalizão dominante, concedendo privilégios especiais uns aos outros. Esses privilégios — incluindo acesso limitado a organizações, atividades lucrativas e bens — criam rendimentos. Ao limitar acesso a esses privilégios, membros da coalizão dominante criam incentivos críveis para cooperarem entre si ao invés de disputarem uns com os outros³.

Ou seja, o regime do “Estado natural” é flagrantemente corrupto. Contudo, essa simplificação esconde os mecanismos sutis que estabilizam esse tipo de ordem social. Ao contrário de uma economia de mercado aberta e competitiva, o objetivo principal de uma economia de busca por privilégios especiais [No texto original, *rentier economy*, ou *rent-seeking*, onde as pessoas usam a política para obterem vantagens econômicas, como proteção tarifária e o crédito subsidiado — N. do T.] não é maximizar a riqueza, mas estabilizar o Estado. O comércio assume a forma de uma justaposição de monopólios que gera rendimentos que o regime concede ou recusa a indivíduos, de acordo com seus próprios critérios. Para impor restrições de acesso aos recursos econômicos e às oportunidades, o regime emprega “especialistas em violência”⁴. Os rendimentos beneficiam uma elite rica, que constitui aproximadamente 20% da população, enquanto os 80% restantes sobrevivem no nível de subsistência. Os subsídios que mantêm o preço de necessidades vitais baixos garantem a aquiescência dessa grande maioria carente.

Os Estados naturais surgem organicamente de uma ordem social mais primitiva baseada em tribos ou “senhores da guerra” e não precisam de uma constituição⁵.



O poder e a influência de uma pessoa dependem da sua lealdade ao regime. As democracias e economias de acesso aberto precisam de constituições, porque seu desenvolvimento depende da cidadania, o conceito de que todos são iguais perante a lei. Como North observou, “A mudança de um Estado natural para uma ordem de acesso aberto é, portanto, uma mudança do mundo de privilégios e trocas pessoais para um ordenamento de direitos e trocas impessoais”⁶. As décadas de operações de estabilidade mostram que essa transformação não é fácil de se fazer ou impor.

Os eventos que hoje descrevemos como “Primavera Árabe” sinalizam uma crise do Estado natural. As manifestações de massa na Tunísia, Líbia, Egito, Iêmen e Síria abalaram as fundações dos regimes políticos que estavam em vigor nesses Estados naturais. Contudo, o resultado desses eventos não foi a erupção da democracia esperada por muitos, mas, em vez disso, um regresso a uma ordem tribal ainda mais primitiva.

A principal causa reside no fato de que os Estados naturais não são competentes em criar riqueza. Seu crescimento econômico é muito mais baixo do que a expansão demográfica de sua população e o crescente

Cambistas afegãos trocam dinheiro em um mercado monetário na Província de Kandahar, 11 Nov 12. Esses mercados fazem uso frequente do *hawala*, um sistema tradicional de transferência de dinheiro usado extensivamente no Oriente Médio e na África, para movimentar grandes quantidades de fundos sem transferi-las fisicamente ou por meio de movimentação bancária por uma instituição financeira formal. Sob tal sistema, um cambista recebe dinheiro de um cliente em uma determinada localidade, que — por meio da cobrança de uma pequena taxa — incumbi um agente em um outro lugar de realizar o pagamento do valor acordado a um destinatário designado. Considerando que o sistema é relativamente informal, finalizado por um mero aperto de mão, torna-se difícil de ser monitorado. Como resultado, é frequentemente usado por terroristas ou outros agentes nefastos para transferir fundos globalmente. (Foto por Ahmad Nadeem, Reuters)

custo da opressão política. Considerando que as elites contam com acesso privilegiado aos setores econômicos, elas não têm incentivo para ficar à frente de possíveis competidores. As ineficiências resultantes inibem o crescimento econômico. Além disso, os subsídios, que são usados para manter o preço de necessidades vitais (e.g., comida) dentro do alcance da grande maioria da população que vive no nível de subsistência, erradicam o emprego nos setores de trabalho mais intensos, como a agricultura e o pequeno comércio varejista. O resultado é o desemprego massivo e a migração das áreas rurais para



os centros urbanos. Por sua vez, isso aumenta o custo de manter as massas no nível de subsistência. Enquanto as populações rurais dependem pesadamente da terra para sobreviver, os moradores urbanos dependem de serviços caros, como sistemas de esgoto, fornecimento de água encanada, eletricidade e coleta de lixo. Considerando que a qualidade desses serviços deixa muito a desejar, os jovens mais empreendedores saem do país. A diáspora resultante proporciona à população restante ideias reformistas sociais e remessas de capitais, levando ao surgimento de organizações de resistência. Consequentemente, os especialistas em violência, dos quais o poder do regime depende, são progressivamente mais sobrecarregados. As manifestações urbanas em massa são muito mais difíceis de reprimir do que os distúrbios rurais⁷.

Da Economia de Busca por Privilégios Especiais para a Economia de Sítio

Essas evoluções não são novas. A guerra civil que devastou a Argélia durante os anos 90 tinha causas semelhantes. No final, o regime prevaleceu porque os rebeldes se esgotaram completamente. Com base nas

Um homem coloca petróleo bruto em um tanque dentro de uma refinaria improvisada na zona rural nos arredores de Aleppo, Síria, 13 Jan 15. Desde o início de sua expansão territorial sobre partes da Síria e do Iraque, o Estado Islâmico (EI) financiou suas atividades, sobretudo, com a extração e refino de petróleo proveniente das áreas produtoras de petróleo que tinha capturado, vendendo-o no comércio local ou exportando-o através da fronteira turca para compradores internacionais. Os proventos foram utilizados para apoiar ações militares e administrar os territórios incorporados ao novo califado. Como resultado, tanto forças russas quanto norte-americanas priorizaram ataques contra as refinarias de petróleo e os comboios de combustível, bem como contra os gabinetes financeiros do EI, a fim de degradar a capacidade do grupo de se autossustentar financeiramente. (Foto por Nour Kelze, Reuters)

recentes operações de sítio, uma combinação autossustentável de combate e comércio tornou-se o novo modelo emergente. O caráter lucrativo da guerra de sítio moderna impede a exaustão dos beligerantes e torna o conflito perene. Em outras palavras, a guerra se perpetua. Isso, também, muda as noções de “vitória” e “derrota” para serem entendidas, respectivamente, como uma conclusão razoavelmente bem-sucedida e o desfecho desastroso da guerra. Durante uma guerra que se perpetua, a vitória significa a prosperidade durante o período das hostilidades; e embora

a destruição de um beligerante ainda equivalha à derrota, isso não põe um fim ao conflito. Contanto que a guerra exista como um modelo de negócios lucrativo, outros beligerantes substituirão aqueles que foram destruídos. Nessa situação, o problema principal da resolução de conflitos é a oposição por *spoilers*. Os *spoilers* podem ser “líderes e partidos que acreditam que a paz emergente ameaça seu poder, visão do mundo e interesses, e empregam a violência para minar as tentativas para se alcançar uma solução negociada”⁸. Suas ações prolongam os conflitos e inflam os requisitos de forças. O Exército está menos preparado para campanhas e operações nas regiões onde as guerras se perpetuam porque é quase impossível permanecer o tempo necessário para “conduzir operações que consolidem os ganhos de outros tipos de operações”⁹.

A fim de conduzir operações nesse tipo de área conflagrada, o Exército precisa desenvolver estratégias que invalidem a “rentabilidade do conflito”, exigindo apenas o desdobramento de uma força militar limitada. Para respaldar essa tese, é necessário analisar a lógica conceitual dos sítios modernos.

Ao longo de toda a História, o objetivo militar da guerra de sítio tem sido forçar uma cidade cercada a se render. Entretanto, os sítios modernos visam a constranger todas as formas de riqueza da área circunvizinha. Os sitiadores modernos operam um conjunto de pontos de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas que restringem o transporte de bens dentro e fora desse território. Para motivar os combatentes que guardam os postos de controle, tolera-se a prática de suborno. Considerando que os combatentes se beneficiam pessoalmente, eles defendem seus postos contra qualquer forma de ataque e não os abandonam. Assim sendo, a operação inteira torna-se de baixo risco e de baixo custo, além de requerer muito pouco comando e controle.

Ademais, o sitiante obtém lucro ao “licenciar” contrabandistas. Na Síria, por exemplo, “Empresários podem comprar contratos dos níveis mais altos do regime a fim de assegurar o monopólio efetivo sobre o fornecimento de uma certa mercadoria à área sitiada”¹⁰. Esses contrabandistas trazem produtos vitais, mais baratos, como combustível e comida, e retiram bens caros — como carros ou aparelhos elétricos — da área. Pode-se esperar que as receitas de uma economia durante uma guerra de sítio sejam limitadas, mas isso não ocorre na Síria. Os residentes sitiados são “capazes

de pagar por essas mercadorias como resultado de transferências de dinheiro de parentes ou contatos que vivem fora da área sitiada”¹¹. No Iêmen, os residentes empregam sistemas semelhantes:

Embora o sistema bancário já tenha sido severamente danificado pelos efeitos da guerra, o comércio terrestre é facilitado pelas redes de transferência de dinheiro *hawala* [...] Empresários envolvidos no comércio terrestre coletam rendimentos e divisas dos iemenitas expatriados que esperam enviar dinheiro para casa¹².

Os sistemas modernos de transferência de fundos permitem o fluxo de capital para todas as partes do planeta, incluindo aquelas que se encontram sitiadas.

Paradoxalmente, os sitiados também se beneficiam do cerco. Os contrabandistas precisam de segurança para evitar a pilhagem de suas mercadorias. Os defensores fornecem esse tipo de “serviço” em troca de pagamento. Alguns defensores descobrem oportunidades na prática do contrabando, eles mesmo cavando túneis. Outros desviam ajuda humanitária internacional. Um residente da área de Ghouta descreveu concisamente o caráter transformado da guerra de sítio ao observar:

Não existe um sítio; isso é uma mentira. Como pode ser um sítio quando o chefe do Exército Islâmico [Jaish al-Islam] pode sair e voltar de Ghouta várias vezes este ano e aparecer na Turquia e na Arábia Saudita? [...] Há arranjos em vigor para sugar o melhor desta área, permitindo a certos atores se beneficiarem, enquanto os civis sofrem¹³.

No final, o foco do conflito evoluiu dos objetivos militares aos econômicos.

A economia de guerra de sítio cria novas elites e novas dinâmicas. Ao contrário da economia de busca por privilégios especiais, gerentes não obtêm posições de influência com base em afiliação ao regime. Em uma economia de guerra de sítio, gerentes precisam de habilidades verdadeiras (ou astúcia) no seu negócio. Da mesma forma, confrontada com a ameaça de fome, a população sitiada faz tudo que pode para aumentar sua produtividade. Em um Estado natural funcional, a comida é subsidiada e, assim, o seu cultivo não é lucrativo. Durante um sítio, residentes usam cada metro quadrado de terra arável e transformam os tetos das casas em hortas¹⁴. Os sítios exigem criatividade de todos os atores envolvidos.

Para invalidar o modelo de negócios da guerra de sítio, o Exército precisa descobrir uma maneira para aproveitar essa criatividade e auto-organização libertadas fazendo uso de uma presença militar limitada.

Rompendo o Cerco

A melhor maneira para limitar a presença militar é recusar a responsabilidade pela segurança de uma ampla área na zona de conflito. Embora a segurança de vastas áreas parecesse relevante na doutrina do Exército, conflitos recentes demonstraram que é impossível fornecê-la em grandes espaços densamente povoados¹⁵. Gates percebeu essa realidade no início do seu mandato, quando teve que tomar uma decisão que, posteriormente, considerou uma das mais difíceis de sua carreira: a extensão dos “rodízios de combate do Exército de 12 para 15 meses, incluindo as unidades que tinham passado menos de um ano em casa”¹⁶. O forte crescimento demográfico na África e no Oriente Médio tão somente exacerbará esse cenário. A proliferação de sítios mostra que a guerra terrestre já não diz respeito à segurança de uma área ampla, mas ao controle de fluxos, rotas e entradas. Em um mundo urbanizado, “a regra territorial se torna uma opção, ao invés de uma necessidade estratégica”¹⁷. Isso não significa que o próprio Exército tenha que recorrer a operações de sítio. Pelo contrário, o Exército precisa desenvolver a capacidade de romper os cercos, restabelecendo o livre acesso.

A urbanização e o comércio global já mudaram a geografia sociopolítica. O conceito de “acesso aberto imposto” leva essas mudanças em conta. Deborah Cowen argumenta, “Novas fronteiras de inclusão são elaboradas em torno dos espaços de circulação. Essas ‘canalizações’ de fluxos não apenas substituem as fronteiras do território nacional, como também redefinem as geografias da lei e da violência”¹⁸. Um sentido de inclusão pode ser mais forte em um bairro urbano do que nas áreas rurais adjacentes. A razão é que a circulação de pessoas, informações, bens e capital entre um megabairro urbano e o resto do mundo tornou-se mais importante do que a circulação entre esse bairro e a zona rural vizinha¹⁹.

Ao estabelecer um cerco, as forças hostis modernas restringem o tráfego de pessoas enquanto cortam e, simultaneamente, exploram a conexão física e os vínculos financeiros e informacionais entre as comunidades sitiadas, suas diásporas e a economia global. Por

outro lado, o acesso aberto imposto incentiva o tráfego de pessoas e restaura o vínculo físico entre os bairros e a economia global, ao mesmo tempo reforça o sentido de pertencimento entre as comunidades e suas diásporas.

O controle militar dos pontos de entrada é essencial para o êxito da imposição de livre acesso. A entrada pode ser um porto marítimo, um aeroporto, um núcleo de transporte multimodal ou uma combinação desses três elementos. Suas duas características principais são: (1) o alto nível de segurança na área onde as atividades logísticas ocorrem e (2) o enorme volume logístico ininterrupto que pode ser processado entre a área urbanizada do conflito e a economia global. O controle militar das entradas estabelece as condições materiais para atingir o objetivo principal: “acesso aberto imposto”.

O principal objetivo do acesso aberto imposto é baixar e manter o conflito em um nível de intensidade que pode ser resolvido pelas forças policiais locais. Nas megacidades, é impossível atingir esse objetivo unicamente pelo emprego do poder militar. É, contudo, facilmente alcançável por meio de eficácia administrativa, ou — em outras palavras — políticas públicas urbanas que agradem às pessoas. A maneira para atingir esse propósito é fomentar iniciativas emergentes, a fim de restaurar ou melhorar a prestação de serviços essenciais urbanos. As fontes dessas iniciativas importam menos do que a velocidade e a eficácia na geração de apoio popular. As iniciativas que não conseguem gerar apoio popular, ou pior, requerem proteção militar durante seu desenvolvimento, não são compensadoras. As iniciativas válidas têm por meta tipicamente o fornecimento de serviços essenciais urbanos, segurança social, tratamento de saúde, educação e ascensão social com base no mérito e no hedonismo.

Essas iniciativas podem ser mais bem desenvolvidas por pessoas que estão familiarizadas com a cultura e o idioma locais: os próprios moradores urbanos, refugiados que retornam para seus lares e membros da diáspora. Há apenas três tarefas que precisam permanecer, de fato, dentro do âmbito exclusivo das forças armadas: (1) a proteção dos pontos de entrada, (2) o monitoramento à distância de pontos de controle que limitam a liberdade de movimento e (3) a remoção periódica dos *spoilers*²⁰. As razões para isso são simples. Primeiro, considerando que as megacidades são demasiadamente grandes para conseguir subsistência adequada da zona rural circundante, qualquer interrupção da sua conexão com a

economia global representa uma ameaça vital. Segundo, para permitir o fluxo de mercadorias a partir dos locais de acesso, é necessário garantir a liberdade de movimento entre os pontos de entrada e a cidade. Terceiro, considerando que o acesso aberto imposto depende do aproveitamento da criatividade, que é liberada pela necessidade de sobreviver, as forças militares precisam impor mecanismos que permitam que as pessoas criativas se beneficiem dos seus talentos. Isso implica em remoções periódicas dos *spoilers* que tentam explorar de alguma forma essas iniciativas criativas, transformando-as em uma oportunidade pessoal para obter rendimentos fáceis.

O esforço militar para realizar essas tarefas é muito menor do que o empenho em missões de contrainsurgência e reconstrução nacional, uma vez que os pontos de entrada são a única área onde as forças terrestres devem estabelecer uma presença permanente. A proteção da entrada envolve o fornecimento de segurança e a prevenção de qualquer tipo de interrupção do fluxo de mercadorias que passam por ela. O livre ingresso de mercadorias faz com que seja possível compensar a eficácia administrativa. Financiamento generoso e o influxo contínuo de necessidades vitais, material de construção, máquinas, ferramentas e outros produtos permitirão a rápida reconstrução nas áreas urbanas de conflito, onde a auto-organização leva à eficácia administrativa. A reconstrução proporcionará emprego, progresso visível e esperança por um futuro melhor. Os bairros onde os *spoilers* estão ativos não se sairão bem. Com a falta de financiamento e do fluxo de mercadorias, as condições de vida permanecerão miseráveis. Isso por si só incentivará as pessoas a “votarem com os pés” (i.e., abandonar os bairros deficientes rumo aos mais bem administrados). Por conseguinte, o despovoamento dos antigos bairros isolará os *spoilers* de sua base de recrutamento e apoio.

A remoção dos *spoilers* é um esforço de inteligência conduzido pelas forças armadas para derrotar organizações armadas hostis sem estabelecer uma presença militar permanente na área disputada. Tal operação assume a forma de uma incursão ousada, onde os *spoilers* estão ativos, com o objetivo de eliminar os líderes e destruir sua infraestrutura crítica, como *caches* de armas e instalações de produção de armas. Como toda incursão, é seguida por uma retirada rápida de volta aos pontos de entrada. Por definição, esse esforço não é definitivo porque os *spoilers* derrotados surgirão novamente nas comunidades onde os níveis de disputa permanecem altos. Portanto, é

necessário repetir essa forma de atuação sempre que os *spoilers* atingirem um nível de eficácia militar que lhes permita interromper o processo de reconstrução nas áreas urbanas de conflito, onde os níveis de disputa estão baixos.

Os requisitos civis para o acesso aberto imposto consistem em uma administração urbana no exílio, recrutada entre refugiados e membros da diáspora. Uma administração no exílio é necessária porque a restauração da eficácia administrativa exige a presença de muitas pessoas capazes e determinadas a ficar indefinidamente, ou por anos consecutivos, na área afetada pelo conflito.

Preparação

As capacidades militares necessárias para o acesso aberto imposto não são muito diferentes daquelas que já estão disponíveis atualmente. Para o controle militar dos pontos de entrada, as capacidades consistem em segurança de perímetro, controle de acesso, defesa antimísseis e proteção contra fogos indiretos. Para a proteção à distância de pontos de controle, elas consistem em capacidades de engajamento de precisão à distância. Para a remoção periódica dos *spoilers*, elas consistem em forças blindadas apoiadas por elementos de engenharia de combate.

No entanto, o Exército deve empregar recursos para desenvolver a administração no exílio, a principal capacidade civil para o acesso aberto imposto. Com estreita cooperação entre parceiros interagências, o Exército deve recrutar um número suficiente de refugiados para criar uma robusta capacidade administrativa urbana que poderá ser futuramente desdobrada. Para essa finalidade, as pessoas recrutadas precisam receber treinamento relacionado à execução de obras públicas, prestação de serviços essenciais, policiamento, administração do provimento de saúde e outras habilidades administrativas. Preferivelmente, o treinamento seria fornecido entre grupos da mesma cidade de origem. Assim que as condições militares para o acesso aberto imposto sejam atingidas, essas pessoas poderão voltar e alavancar as iniciativas de auto-organização urbana no pós-conflito²¹.

Conclusão

O rápido incremento demográfico e a urbanização crescente já levaram a uma crise do sistema político que dava sustentação a muitos governos na África, Ásia e Oriente Médio. Contudo, as primeiras indicações da sua “morte” — mais conhecida como a Primavera Árabe — não levaram à democratização, mas a um

novo tipo de guerra de sítio que é lucrativo para todos os beligerantes envolvidos e cria uma situação em que a guerra se perpetua. Essa evolução transforma as regiões densamente povoadas em lugares turbulentos, nos quais o Exército está menos preparado para atuar.

Para vencer esses conflitos, o Exército precisa ser capaz de romper o cerco. Com estreita cooperação entre parceiros interagências, o Exército deve desviar recursos para recrutar refugiados e membros da diáspora das megacidades que são de importância estratégica em países devastados por conflitos armados. Instrução no campo da administração urbana pode transformar

as pessoas recrutadas em um corpo de administração urbana no exílio. Ao impor o controle militar dos pontos de entrada que conectam as megacidades sitiadas à economia global, as forças terrestres podem estabelecer as condições necessárias para o retorno da administração no exílio, bem como o aproveitamento das iniciativas locais de auto-organização urbana. Com a recompensa pela eficácia administrativa urbana proveniente de financiamento, expertise e material de construção, as forças terrestres e a administração que retorna do exílio podem traçar um caminho para a paz ao fazer com que ela se torne mais lucrativa do que a guerra. ■

Referências

1. Robert M. Gates, "Secretary of Defense Speech" (speech, U.S. Military Academy, West Point, NY, 25 Feb. 2011), acesso em: 18 out. 2018, <http://archive.defense.gov/Speeches/Speech.aspx?SpeechID=1539>.
2. Ibid.
3. Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, "Violence and the Rise of Open-Access Orders", *Journal of Democracy* 20, no. 1 (January 2009): p. 55–68.
4. Ibid.
5. Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, "The Natural State: The Political-Economy of Non-Development", UCLA International Institute, March 2005, acesso em: 18 out. 2018, <http://international.ucla.edu/media/files/PERG.North.pdf>.
6. Ibid.
7. Ao contrário das inquietações rurais, as manifestações em massa urbanas podem ter o efeito de uma "corrida ao banco do poder". Veja Talcott Parsons, *Sociological Theory and Modern Society* (New York: Free Press, 1967), cap. 9. "A coerção é como a reserva de um banco. Contanto que as demandas sejam limitadas, a reserva pode ser efetivamente distribuída aos poucos. Quando ocorrer uma corrida ao banco, contudo, a reserva é rapidamente sobrecarregada".
8. Stephen John Stedman, "Spoiler Problems in Peace Processes", in *International Conflict Resolution after the Cold War*, ed. Paul C. Stern e Daniel Druckman (Washington, DC: The National Academies Press, 2000), p. 178.
9. Army Doctrine Reference Publication 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2017), p. 1-8.
10. Will Todman, "Sieges in Syria: Profiteering from Misery", Middle East Institute [MEI] Policy Focus 2016-14 (Washington, DC: MEI, 14 June 2016), acesso em: 19 out. 2018, https://www.mei.edu/sites/default/files/publications/PF14_Todman_sieges_web_0.pdf.
11. Ibid.
12. Peter Salisbury, *Yemen: National Chaos, Local Order* (London: Chatham House, 2017), p. 26, acesso em: 19 out. 2018, <https://www.chathamhouse.org/publication/yemen-national-chaos-local-order>.
13. Residente de Douma, citado em in Rim Turkmani et al., *Countering the Logic of the War Economy in Syria: Evidence from Three Local Areas* (London: London School of Economics and Political Science, 30 Jul. 2015), p. 36–37, acesso em: 19 out. 2018, <http://www.securityin-transition.org/wp-content/uploads/2015/08/Countering-war-economy-Syria2.pdf>.
14. Kerina Tull, *Agriculture in Syria* (Leeds, UK: University of Leeds Nuffield Centre for International Health and Development, 26 June 2017) acesso em: 19 out. 2018, <https://gssd.mit.edu/search-gssd/site/agriculture-syria-61425-fri-10-13-2017-1436>.
15. Army Doctrine Publication 3-0, *Unified Land Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2011 [obsoleto]), p. 6. "Tanto as operações ofensivas, defensivas quanto as de estabilização requerem uma combinação de manobra de armas combinadas e de segurança de área ampla; nenhuma das competências centrais é adequada independentemente".
16. Gates, "Secretary of Defense Speech".
17. Deborah Cowen, *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014), p. 51.
18. Ibid., p. 4.
19. A proximidade usada para facilitar a relação entre uma cidade e a área rural adjacente. Desde o advento das telecomunicações e do transporte marítimo em contêineres, isso já não é válido. Hoje, é mais fácil para alguém que mora em uma megacidade africana se comunicar com um parente que emigrou para a Europa do que falar com um tio que ainda mora na aldeia de origem de sua família. Também, é mais barato para as pessoas locais comprarem uma camisa enviada de um *sweatshop* (fábrica com péssimas condições de trabalho) na Ásia do que comprar uma que é produzida por costureiros locais, embora o algodão fosse cultivado em campos africanos.
20. Considerando que os sitiantes estabelecem seus pontos de controle fora da área sob seu controle, eles são vulneráveis a ataques a distância.
21. International Organization for Migration, "Over 600,000 Displaced Syrians Returned Home in First 7 Months of 2017", comunicado à imprensa, 11 Jul. 2017, acesso em: 18 out. 2018, <https://www.iom.int/news/over-600000-displaced-syrians-returned-home-first-7-months-2017>. Os refugiados têm mais vontade de voltar do que muitas pessoas imaginam. Em 2017, por exemplo, mais de 600.000 sírios deslocados voltaram para casa.